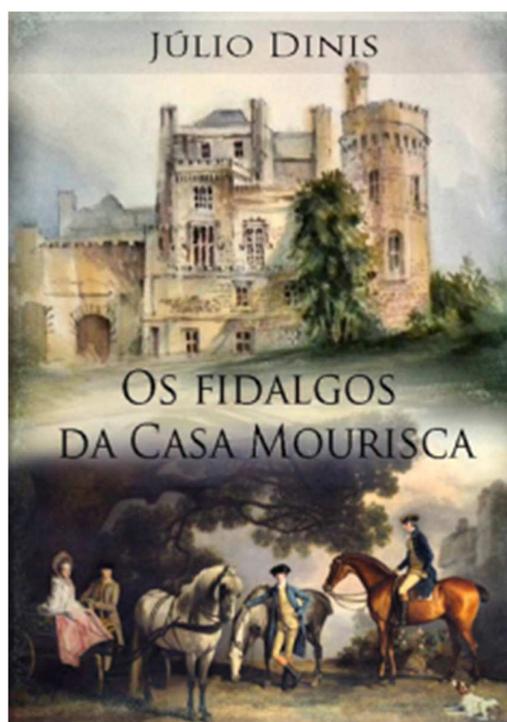


*Para uma leitura 'miguelista' de Os Fidalgos da Casa Mourisca (1872), de Júlio Dinis (1839-1871)*

Miguel Alarcão

***Para uma leitura 'miguelista' de Os  
Fidalgos da Casa Mourisca (1872), de Júlio  
Dinis (1839-1871)***



***Miguel Alarcão  
Universidade Nova de Lisboa***

1

Às Profs. Doutoras Helena Carvalhão Buescu (FL-UL)  
e Ana Isabel Buescu (NOVA FCSH)

**N**ão sendo, evidentemente, termos e conceitos históricos sinonímicos, o presente ensaio emparelha, de algum modo, "absolutismo" e "miguelismo" por contraposição comum a um "liberalismo" político consagrado apenas entre nós em meados do século XIX, não sem grandes hesitações, dificuldades e desvios de percurso. Dito isto, o nosso objectivo será abordar traços, sinais e vestígios do tempo de D. Miguel (1828-1834)<sup>2</sup> na representação romanesca de *Os Fidalgos da Casa Mourisca* (FCM), de Júlio Dinis, nascido no Porto em pleno Setembrismo. Regressamos assim, sob diferente prisma de análise, a um romance que noutro lugar considerámos "(...) o mais ideologicamente comprometido e socialmente acutilante de Júlio Dinis (...)" (Alarcão, p. 213).<sup>3</sup>

Embora não seja possível (ao contrário, por exemplo, de *Uma Família Inglesa*) datar com absoluta exactidão o tempo diegético de FCM, não erraremos muito se o situarmos algures no 2º terço ou 3º quartel de Oitocentos. Baseamo-nos para tanto nas informações narrativas sobre a carreira diplomática e o perfil político-ideológico do Senhor D. Luís Negrão de Vilar de Corvos, claramente conotado com o

---

<sup>1</sup> Comunicação apresentada no Congresso Internacional "O Tempo de D. Miguel (1828-1834): Política, Ciência, Linguagem e Memória", organizado pelo Instituto de História Contemporânea - Ciência: Estudos de história, filosofia e cultura científica (CEHFCi da Universidade de Évora) e pelo Centro de História da Universidade de Lisboa (22-23.02.2018).

<sup>2</sup> No entanto, e curiosamente, D. Miguel não é nomeado uma única vez em FCM.

<sup>3</sup> Como escreve Maria Lúcia Lepecki, "(...) ressalta (...) com a maior clareza --- clareza superior à de todos os outros romances do Autor --- a visão e o desejo político, social e ideológico de Júlio Dinis." (p. 80) e "Isto me leva a considerar este romance como o mais conseguido de Júlio Dinis, que aqui parece ter chegado a uma exposição completa e fundamente dialectizada da sua ideologia e das suas crenças políticas." (*Ibidem*, pp. 106-107)

Antigo Regime após a Revolução de 1820;<sup>4</sup> atentem-se, por exemplo, na sua passagem, enquanto jovem, pela Viena de Metternich,<sup>5</sup> cidade com ressonâncias de cariz conservador e local de desterro de D. Miguel após a Abrilada (1824) e Évora-Monte (1834); na oposição movida a um cunhado liberal, falecido pouco antes do termo da guerra civil;<sup>6</sup> no desgostoso abandono da corte em favor da província;<sup>7</sup> no tipo de leituras a que se entrega<sup>8</sup> ou na altivez aristocrática e no preconceituoso e semiconscente despeito com que encara a prosperidade de Tomé da Póvoa, seu antigo serviçal e rendeiro.<sup>9</sup> Uma das mais conhecidas passagens de *FCM* expõe justamente o contraste entre a pujante Herdade e o degradado solar:

---

<sup>4</sup> "Ao manifestarem-se em Portugal os primeiros sintomas da profunda revolução, que devia alterar a face do país, D. Luís mostrou-se logo hostil ao movimento nascente, e abandonando então o seu lugar diplomático, voltou ao reino para representar um papel importante nas cenas políticas dessa época." (p. 8) e "Os descendentes dos ultramonárquicos Negrões de Vilar de Corvos não eram para se assalariarem em defesa dos princípios e das instituições que abalaram os velhos tronos, firmados no direito divino." (p. 14)

<sup>5</sup> Mais precisamente, como Secretário da Embaixada de Portugal (p. 8).

<sup>6</sup> "O imprudente moço viu-se perseguido, preso, processado e em quase iminente risco de expiar, como tantos, no suplício o crime de pensar livremente. Conseguindo, quase por milagre, escapar à fúria dos seus perseguidores, emigrou para voltar mais tarde nessa memoranda exposição, que principiou em Portugal a heróica ilíada da nossa emancipação política. Guerreiro tão fogoso como o fora publicista, o pobre rapaz não assistiu porém à vitória da sua causa. Ao raiar da aurora liberal, por que tanto anelava, caiu em uma das últimas e mais disputadas refregas daquela sanguinolenta luta, crivado de balas inimigas (...)" (pp. 8-9).

<sup>7</sup> "Fez-se a paz, implantou-se no país a árvore da liberdade; D. Luís deixou então a vida da corte e veio encerrar no canto da província os seus despeitos, os seus ódios e os seus desalentos. Trouxe consigo um enxame de misantropos, a quem o sol da liberdade igualmente incomodava (...) O solar do fidalgo transformou-se pois em asilo de muitos correligionários, como ele desgostosos e irreconciliáveis com a nova organização social. Institui-se ali uma pequena corte na aldeia, uma espécie de assembleia ou conventículo político, que não poucas vezes atraiu as vistas dos liberais desconfiados e as ameaças dos mais insofridos." (p. 9)

<sup>8</sup> "D. Luís lia as folhas absolutistas, que lhe mandavam da capital e do Porto, e dava assim em alimento ao seu ódio contra as instituições liberais um dos frutos mais saborosos delas --- a liberdade de imprensa ---; fruto em que os seus correligionários mordem com demasiada complacência, apesar de ser para eles fruto proibido." (p. 38)

<sup>9</sup> "O velho fidalgo ainda se não costumara à prosperidade do homem que fora seu criado. A granja era como que uma censura pungente à sua imprevidência; era uma lição muda que ele recebia a todos os momentos, que o humilhava no seu orgulho e pungia-lhe o coração de remorsos." (p. 26) Tal abastança, por oposição à decrepitude da Casa Mourisca, pode metaforicamente ser lida como um símbolo da nova ordem social e política e da valorização do trabalho como fonte de desafogo material e realização pessoal.

"Ela graciosa e alvejante, ele severo e sombrio; de um lado todos os sinais de actualidade, de vida, de trabalho, da indústria que tudo aproveita, que não dorme, que não descansa; a economia, a previdência, o futuro; do outro, o passado, a tradição estéril, o silêncio, a incúria, o desperdício, a ruína; a cada pedra que o tempo derrubava do palácio, correspondia uma que se assentava na Herdade para alicerces de novas construções; aqui esmoronava-se um pavilhão, ali levantava-se um celeiro, uma azenha, um lagar; aos velhos carvalhos, às heras vigorosas, aos aveludados musgos, aos líquenes multicores, severas galas, com que se adornava a casa nobre, opunha a Herdade os pomares produtivos, as ondulantes searas, os prados verdes, as vinhas férteis e (...) os canteiros de rosas e balsaminas, onde volteavam incessantes as abelhas das colmeias vizinhas. Nas amplas cavalariças do palácio, onde outrora relinchavam dúzias de cavalos das mais apuradas raças, ainda batiam com impaciência no lajedo dois velhos exemplares de bom sangue, cujo sacrifício a economia não exigira ainda; nas mais modestas cavalariças do casal, duas éguas robustas, prontas para o serviço, (...) preparavam-se em fartas manjedouras para frequentes e longas excursões; e ao entardecer abriam-se os currais a numerosas cabeças de gado, cujos mugidos chegavam até o alto da Casa Mourisca, onde o velho fidalgo [D. Luís] muitas vezes os escutava, pensativo e melancólico." (p. 16)<sup>10</sup>

Segundo o narrador, a Casa Mourisca estaria, porém, longe de ser um caso isolado:

---

<sup>10</sup> "A Casa Mourisca representa um espaço que se opõe, até aos limites da sua capacidade de resistência, aos princípios liberais. Num mundo que se transforma rapidamente, a sua rigidez torna-a propícia a uma regressão, a um aniquilamento, se novas fontes de energia e de reacção não forem avivadas no seu interior e a fizerem renascer (...) para um novo mundo, uma nova ordem (...), sem desrespeito pelos verdadeiros valores aristocráticos (...) profundamente enraizados na alma do senhor e da sua casa." (Ribeiro, p. 210)

"A história daquela casa era a história sabida dos ricos fidalgos da província, que, orgulhosos e imprevidentes, deixaram, a pouco e pouco, embaraçar as propriedades com hipotecas e contratos ruinosos, desfalecer a cultura nos campos, empobrecer os celeiros, despovoar os currais, exaurir a seiva da terra, transformar longas várzeas em charnecas, e desmoronarem-se as paredes das residências e das granjas e os muros de circunscrição das quintas." (p. 7)

Da brevíssima caracterização de D. Luís, não deverá, todavia, inferir-se estarmos perante uma personagem "plana" (*flat*), no sentido forsteriano do termo.<sup>11</sup> Com efeito --- para usar dois termos eminentemente oitocentistas ---, o fidalgo é susceptível de 'evolução' e 'regeneração' ao longo do romance;<sup>12</sup> apontem-se como exemplos a admissão de um antigo soldado liberal como hortelão da propriedade, em memória da orientação ideológica da falecida esposa e do respectivo irmão, de quem o velho soldado havia sido camarada de armas (pp. 9-10); o reconhecimento e a aceitação graduais da generosidade de Tomé da Póvoa (p. 310) e da necessidade da presença de Berta junto de si (p. 317ss), em memória de Beatriz, a filha falecida aos dezasseis anos; e, por último, o pedido da mão de Berta da Póvoa, feito a Tomé pelo próprio D. Luís, para esposa de Jorge, o seu filho mais velho (p. 399).

Ainda mais entranhadamente absolutista do que D. Luís é Frei Januário dos Anjos, o procurador da Casa Mourisca, obcecado pela detecção de sinais, influências e perigos jacobinos, liberais e maçónicos e do qual D. Luís virá gradualmente a afastar-se, culminando tal afastamento num inflamado discurso, a propósito do

---

<sup>11</sup> "In their purest form, they [*flat characters*] are constructed round a single idea or quality; when there is more than one factor in them, we get the beginning of the curve towards the round." (p. 73)

<sup>12</sup> "Todos os romances de Júlio Dinis contam e propõem a construção de um mundo renovado: suficientemente *novo* para aceitar realidades diferentes, suficientemente *conservador* para manter traços (...) do que já existia." (Lepecki, p. 30)

casamento do aristocrata Jorge e da plebeia Berta (pp. 386-387).<sup>13</sup> Frei Januário representa, pode dizer-se, um certo Portugal, no qual as ordens religiosas, extintas em 1834, surgem alapadas a círculos sociais e de poder mais favorecidos e a mundanais estilos de vida,<sup>14</sup> longe, portanto, de práticas de despojamento material e serviço evangélico. É, aliás, com Frei Januário que Jorge, ao qual ficarão a dever-se as reformas estruturais e o saneamento económico-financeiro da Casa Mourisca, travará algumas discussões como aquela que transcrevemos:

"[Fala de Frei Januário] A culpa é desta gente que nos governa, destes homens que juraram perder tudo quanto era nobreza para poderem fazer das suas, sem ter quem lhe vá à mão. Percebe agora? Desde que os liberais...

[Fala de Jorge] Por quem é, Frei Januário, não me venha outra vez com os liberais. Eu tenho a razão bastante clara para ver as coisas como elas são, e não me deixar levar por essa cantiga do costume. Os liberais!... Os liberais o que fizeram foi aliviar a agricultura dos enormes encargos que dantes pesavam sobre ela e que não a deixavam prosperar, foi criar leis e instituições que facilitassem os esforços dos laboriosos e castigassem severamente a incúria e a ociosidade. Quando ao desoprimir-se o lavrador de tributos pesados e iníquos e dos odiosos vexames do fisco, ao tornarem-se-lhe mais fáceis os contratos e as transmissões da propriedade, ao criarem-se-lhe recursos para ele tirar do seu trabalho e da sua inteligência dez vezes mais do que dantes podia obter, quando na época em que tudo isto se realiza, uma casa como a nossa, em vez de prosperar como tantas, vê apressada a sua decadência, é porque tem em

---

<sup>13</sup> Como observa Gabriela a seu esposo Maurício, "O padre fez-nos, sem querer, um grande serviço. Meteu-se a advogar com tanto calor a aristocracia, que por pouco fazia de teu pai um democrata." (p. 389)

<sup>14</sup> "Acérrimo partidário do regime absoluto, apesar de lhe não ser possível enfeixar dois argumentos sérios em defesa dele, o padre Januário passava a vida aproveitando os mais ridículos ensejos para premissas dos seus corolários antiliberais, artifício com que lisonjeava as paixões do seu ilustre amo e patrono, e mantinha nele o fogo sagrado." (p. 14)

si um velho e incurável cancro a roê-la. E é esse cancro que eu quero conhecer, para extirpá-lo, se ainda for possível.

--- Eu estou pasmado! Pelo que ouço, acha o menino que todas essas fornadas de leis, que esta gente tem feito, são muito boas e que a sua casa devia ser muito bem servida com elas?

--- Essas leis de que se queixa, são racionais; uma casa racionalmente administrada não pode pois perder com elas.

--- Sim, senhor! Visto isso, o menino, que depois da morte dos manos, ficou sendo o filho mais velho da família, gostou talvez muito de ver acabar com os morgados? Sim, como as leis modernas são tão boas, havia de gostar --- argumentou o procurador, com ares de finura, como de quem apanhava em falso o seu adversário.

Jorge respondeu serenamente:

--- E porque não? A abolição dos morgados acho eu que foi um grande acto de justiça e de moralidade; além de ser uma medida de longo alcance político.

--- Ai... ai... ai... O que mais terei de ouvir! O menino está perdido!... Pois já me aplaude a maldita lei, que há-de dar cabo das famílias mais ilustres do reino... Ai, como ele está...

--- Deixe-se disso. A abolição dos vínculos só trouxe a morte às casas que deviam morrer. O que ela fez foi proclamar a necessidade do trabalho indistintamente para quem quiser prosperar. O esplendor das famílias deve ficar sòmente [sic] ao cuidado dos membros dela e não da lei. Quando esses não tenham brio nem dignidade para o sustentar, justo é que ele se apague, e que o nome dos antepassados não continue a ser desonrado pelos vícios e ociosidade dos descendentes. Mas deixemo-nos destas discussões, Frei Januário. O meu partido está tomado. Mais tarde saberá das consequências dele.

E Jorge saiu da sala, deixando o egresso apatetado com o que ouvira." (pp. 46-47)<sup>15</sup>

Como nota, a propósito, Maria Lúcia Lepecki, "No confronto entre as duas idades da vida terçam armas (...) duas Idades Históricas: a do Portugal Velho e a do Portugal Novo, (...) desejado e ficcionado à imagem e semelhança do modelo económico-social inglês (...)" (pp. 36-37).<sup>16</sup> Tal confronto é visível logo à chegada de Gabriela, a elegante, espirituosa e pragmática baronesinha de Souto Real, em confiança a seu primo Jorge

"(...) eu sou, sem dúvida alguma, liberal; porque enfim deves concordar que para se ficar toda a vida a ser absolutista é preciso viver, assim como teu pai, em uma aldeia como esta e com um padre-procurador a dizer-nos há vinte anos a mesma coisa; (...)" (p. 148).<sup>17</sup>

---

<sup>15</sup> "(...) *F.C.M.* ficcionaliza e reflecte (sobre) realidades, problemas e atavismos da (história da) agricultura portuguesa, nomeadamente as medidas de reestruturação e reforma concebidas por Mouzinho da Silveira (1780-1849), Ministro da Fazenda e da Justiça da regência liberal. Tais medidas, inspiradas pelo liberalismo económico clássico, permitiriam pôr cobro a sisas, foros, talhas e dízimos, estimulando o trabalho e a produtividade e removendo entraves remanescentes (e reminiscentes...) de uma senhorialidade quase 'feudal'; no caso concreto dos morgadios, as acções pioneiras gizadas por Mouzinho no início da década de 1830 seriam concluídas apenas trinta anos mais tarde, em 1860 e 1863 (...), sendo, pois, *grosso modo* contemporâneas da actividade de criação romanesca por parte do nosso autor." (Alarcão, pp. 212-213)

<sup>16</sup> Como nota Jorge, logo na sua primeira visita à Herdade, "(...) naqueles tempos, as classes privilegiadas podiam entregar-se sem receio a uma vida de incúria e de dissipação, porque os privilégios velavam por elas e remediavam-lhes os desvarios; adormeceram nessa confiança e não sentiram que tinham mudado as condições sociais, e agora ao acordarem..." (p. 30). Esta perspectiva é corroborada pelo narrador, ao referir-se aos "(...) privilegiados da terra, que ainda não haviam perdido de todo os hábitos de sobranceira e de desprezo às leis, adquiridos por seus ascendentes nos tempos das regalias feudais." (p. 118); contudo, "Jorge ousou acreditar na reconstrução, ousou aliar-se à herdade, ousou abrir as portas ao mundo novo, não pondo em risco os valores antigos aos quais estava pronto a sacrificar-se. Pela transformação, pelo amor e pelo trabalho, a aura lendária que coroava o castelo pode permanecer e transmitir-se." (Ribeiro, p. 32)

<sup>17</sup> As ideias de Gabriela transparecem já da carta enviada a D. Luís, seu tio (pp. 109-110), bem como na defesa de que "O dever de quem é nobre de origem é conservar-se pelas suas acções digno dela. (...) o mundo está quase todo descoberto e (...) já passaram de moda as conquistas dos mouros e as guerras com os castelhanos (...)" (p. 383).

Páginas adiante, no episódio do atribulado jantar na Casa Mourisca, a excelência genealógica dos convidados é objecto de ironia narrativa:

"Os convidados para o jantar eram todos da mais genuína fidalguia da província. Por muitas daquelas veias andava glóbulo de sangue, que já pertencera a Fuas Roupinho ou a Egas Moniz e que por um mistério fisiológico, que só se dá naquela esmerilhada casta, conseguira transmitir-se inteiro de veias para veias, através de vinte gerações, com o fim providencial de manter inabaláveis os brios da raça.

Era um gosto seguir pelos séculos fora a linha, pela qual alguns dos presentes procediam (...) directamente de qualquer notável herói das origens da monarquia. Havia tal que tinha tirado a limpo o número de ordem que lhe competia naquela ilustre enfiada de morgados, e que deixava evidente (...) ser o vigésimo (...) rebentão de sua preclaríssima cepa.

(...) Embora estivessem um tanto enfezadas e pecas quase todas aquelas vergôntes, sempre derivavam de uma profunda cepa; e quem não havia de preferi-las a ramos embora cheios de viço, cujas raízes estivessem à flor da terra?

Os dotes físicos tinham, é verdade, sofrido um pouco com os extremos e cuidados empregados para conservar a crase aristocrática daquele sangue livre de toda a mistura que o derrancasse; os dotes intelectuais, em geral ressentiam-se do cordão sanitário, de que os chefes daquelas famílias as haviam cingido para precavê-las da infecção de ideias novas, propagadas pelos livros e jornais da actualidade. Mas lá estava o fermento da fidalguia, que era o essencial, e que supria bem a saúde e a ilustração." (pp. 171-172)

"Os chefes de família, passeando na sala, ou formando grupos nos vãos das janelas, lidavam na sua tarefa de vinte anos: a de demonstrar

que o que perdera a causa realista fora a traição e o suborno; e, arvorados em profetas, entoavam trénuos sob [sobre] a iminente dissolução social, parafraseando os artigos de fundo da *Nação* e do *Direito*.

A abolição dos morgados e vínculos, definitivamente decretada poucos anos antes, fornecia forte alimento para aquelas jeremiadas; os dissipadores fidalgos, que tinham arriscado o futuro e bem-estar dos filhos, desbaratando-lhes a legítima com a sua imprevidência e prodigalidade, lançavam agora à conta da lei o que era a consequência lógica da sua má administração." (p. 172)<sup>18</sup>

Ora, como lembra Maria Lúcia Lepecki,

"Sendo Júlio Dinis (...) um liberal e não um revolucionário, a sua proposta de solução não pode, em nenhuma circunstância, apontar para a substituição integral de valores, para a construção do inteiramente novo. Pelo contrário, procura absorver, dentro da novidade (vectores burgueses de comportamento, valores da nova classe ascendente), determinados elementos (...) tomados ao decadente espaço aristocrático e dados como positivos. Aponta-se, com este recurso, a permanente regeneração do *corpus* social; afastam-se situações de ruptura e quaisquer formas de violência." (pp. 83-84)

Enquanto última encarnação entre nós do Antigo Regime e do absolutismo monárquico, o reinado de D. Miguel --- e, por inerência ou extensão, o miguelismo ---

---

<sup>18</sup> São ainda feitas referências a "(...) um ex-coronel de milícias, que havia acabado (...) de ameaçar com a espada que tinha em casa (...) todas as constituições do mundo." (p. 176), a uma "(...) vigésima descendente de um dos guerreiros de Ourique" (*Ibidem*) e a outro "(...) ramo infrutífero de árvore igualmente ilustre." (*Ibidem*). No tocante às libações, "(...) brindaram-se os caudilhos do partido realista, brindou-se em honra da santa causa, em honra da imprensa fiel, em honra das velhas instituições, em honra do trono e do altar e de muitas outras coisas." (p. 180)

viriam a inspirar representações e imagens bastante dispare veiculadas pela literatura (incluindo a ensaística, a política, a panfletária, laudatório-panegírica ou vilipendiatória, etc.), não raro tingidas por questões de legitimidade(ismo), mas cuja fundamentação histórica importa (re)avaliar desapaixonadamente. Na sua introdução à biografia do monarca, Maria Alexandre Lousada e Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira aludem à natureza problemática e complexa dessa disparidade, talvez mesmo bipolaridade:

"Rei portuguêsíssimo, devoto, último rei amado pelo povo, cognominado o tradicionalista. Rei bronco e cruel, sùmula dos vícios e dos defeitos portugueses, cognominado o usurpador. Pouco reis deram origem a imagens tão contrastadas. Poucos, também, foram tão amados e tão odiados como D. Miguel. (...)

O seu nome é indissociável do movimento de recusa do liberalismo (...) conhecido como miguelismo. A sua imagem está indelevelmente ligada às acções contra-revolucionárias, sobretudo na sua dimensão violenta e popular. Não é possível compreender D. Miguel desligando-o do processo que desencadeou e dos interesses que aglutinou. Também não é possível compreender as características que o liberalismo português adquiriu desconhecendo a marca que as violentas mobilizações populares ocorridas sob a bandeira do miguelismo deixaram naqueles que lutaram do lado liberal." (p. 9)

Além da calorosa evocação de D. Miguel feita por Oliveira Martins (1845-1894) em *Portugal Contemporâneo* (1881),<sup>19</sup> valendo-lhe, de resto, acusações de

---

<sup>19</sup> "Portugal inteiro esperava dele [D. Miguel] a redenção; uns acreditando na sinceridade das suas confissões e promessas de Viena; outros confiando em que os quatro anos (...) do exílio não teriam sido capazes de perverter a pureza apostólica do (...) braço armado dos defensores do Trono e do Altar em 23 e 24. Era para todos um Messias (...). Disseram-lhe: És o messias, o salvador, o redentor, MIGUEL, és o arcanjo cuja lança esmaga a hidra!" (Martins, Livro I, cap. IV, pp. 97-98; cf. também Livro II, 113-200, em especial pp. 131-132) A

miguelofilia, das quais o historiador viria a defender-se logo na 2ª edição (1883), Armando Malheiro da Silva alude a "(...) um príncipe jovial e activo, atraído irresistivelmente pelo exercício físico que a arte equestre e as touradas proporcionavam (...)" (*Miguelismo*, p. 233) e à "(...) imagem muito repetida de um D. Miguel a cavalo, em touradas e em folguedos na companhia de picadores, campinos e quejandos (...)" (*Ibidem*, p. 241). O mesmo autor, especialista na temática do miguelismo, estuda a construção das imagens positivas do monarca através da exploração das facetas de herói, proscrito e mártir, e o culto e a 'santificação' populares de D. Miguel, mercê da sua colagem ao Arcanjo homónimo.<sup>20</sup>

Por outro lado, a propósito do rei e do seu reinado, existem e persistem imagens de um tradicionalismo obsoleto, obscurantista e ultramontano; de perseguições e revanchismos; de uma nobreza ociosa, parasitária ou sumptuária, colada aos pergaminhos, faustos e feitos do passado; de arrogâncias, preconceitos e estúrdias trauliteiras, etc.<sup>21</sup> Apesar das diferenças culturais e civilizacionais entre Portugal e a Grã-Bretanha, seria interessante confrontar estas representações negativas com a dos "Barbarians" de Matthew Arnold (1822-1888), em *Culture and Anarchy* (1869),<sup>22</sup> obra praticamente contemporânea de FCM; mas deverá sobretudo

---

triangulação mítico-ideológica miguelismo/messianismo/sebastianismo mereceria, a nosso ver, revisitações por parte de historiadores, literatos e antropólogos culturais.

<sup>20</sup> Segundo Malheiro da Silva, "A primeira geração de historiadores liberais (...) admitiu (...) que a 'ralé do povo' ou 'vil canalha' (...) deu mostras de uma 'estúpida e fanática adoração' ao 'tyranno Miguel.'" (*Miguelismo*, p. 221)

<sup>21</sup> Numa obra da nossa própria juventude, *Liberais e Miguelistas*, o autor anónimo refere-se a essa "(...) peça trágica e pavorosa que se chamou *governo de D. Miguel* e que ficou gravada em letras de sangue na história portuguesa." (p. 132); "(...) em toda a parte apareceram agitadores que aliciavam a plebe, levando-a aos maiores excessos contra os liberais e, assim, os dois campos extremavam-se em ódio feroz e em desesperadas lutas. Por seu lado, as autoridades completavam a obra absolutista com perseguições incessantes, cada vez mais acintosas e vexatórias contra constitucionais." (p. 133); e "Entrava-se em pleno período de terror, e Portugal estava nas mãos duma horda de perversos e criminosos. Uma palavra, um gesto, que não fosse em louvor do regime absoluto, constituía um crime que era punido na maior parte das vezes com morte violenta." (p. 136)

<sup>22</sup> "The Barbarians brought with them that staunch individualism (...) and that passion for doing as one likes, for the assertion of personal liberty (...). The stronghold and natural seat of this passion was in the nobles of whom our aristocratic class are the inheritors; (...). The Barbarians, again, had the passion for field-sports; and they have handed it on to our aristocratic class, who of this passion too, as of the passion for asserting one's personal liberty, are the great natural stronghold. The care of the Barbarians for the body, and for all

realçar-se como alguns destes traços, elevados, pela potência da selvajaria, a uma quase animalidade, moldam as descrições dos irmãos do Cruzeiro,<sup>23</sup> da sua propriedade, bem mais degradada do que a Casa Mourisca,<sup>24</sup> e do seu próprio estilo de vida:

---

manly exercises; the vigour, good looks, and fine complexion which they acquired and perpetuated in their families by these means, - all this may be observed still in our aristocratic class. The chivalry of the Barbarians, with its characteristics of high spirit, choice manners, and distinguished bearing, - what is this but the attractive commencement of the politeness of our aristocratic class? In some Barbarian noble, no doubt, one would have admired, if one could have been then alive to see it, the rudiments of our politest peer. Only, all this culture (...) of the Barbarians was an exterior culture mainly. It consisted principally in outward gifts and graces, in looks, manners, accomplishments, prowess. (...) Making allowances for the difference of the times, surely we can observe precisely the same thing now in our aristocratic class. (...) I often, therefore, when I want to distinguish clearly the aristocratic class from the (...) middle class, name the former, in my own mind, *the Barbarians*. And when I go through the country, and see this and that beautiful seat of theirs crowning the landscape, 'There,' I say to myself, 'is a great fortified post of the Barbarians.'" (Arnold, ed. Stefan Collini, pp. 105-106)

<sup>23</sup> Estes três fidalgos são objecto de apreciações unanimemente negativas por parte de, entre outros, Clemente, Tomé da Póvoa, Jorge e D. Luís, que se lhes referem, respectivamente, como "essa súcia de libertinos (...)" (p. 120), "(...) uns bêbados, uns devassos e uns caluniadores" (p. 208), "(...) três javalis, qual deles mais selvagem" (p. 275) e "(...) bêbados (...)" (p. 387). De resto, Maria Lúcia Lepecki, ao apontar a inexistência de personagens 'más' no universo romanesco dinisiano (pp. 20-23 e 64-65), dá justamente como excepção os fidalgos do Cruzeiro (*Ibidem*, p. 22 e p. 64).

<sup>24</sup> "A Casa do Cruzeiro, solar dos asselvajados primos de Maurício, ficava no extremo da povoação, exibindo nos campos que a cercavam uma agricultura preguiçosa e mesquinha, e dominando um vasto tracto de mal cuidadas bouças, onde os senhores da propriedade perseguiram implacáveis as lebres e perdizes, que ali se acoutavam. Causava lástima o estado de decadência a que a má administração e a vida dissipada dos senhores do Cruzeiro tinham levado aquela casa, de cuja passada grandeza já nem se descobriam vestígios. Na actualidade não era mais do que velho casarão enegrecido, mal vedado aos ventos e às chuvas, onde cada dia realizava um novo estrago, que nunca mais era reparado. Por fora e por dentro a mesma absoluta carência de confortos; porque não sentia necessidade deles a robusta organização de qualquer dos proprietários; afeitos à vida dos montes, às longas caçadas e às lutas com os rigores do tempo. O solo árido, os celeiros vazios, a abegoaria deteriorada, os currais desertos, a cultura perdida... era desolador o aspecto do solar do Cruzeiro! (...) Os pinhais, cortados sem método nem prudência, caíam sacrificados às penúrias monetárias do morgado, que ia a pouco e pouco transmutando em vinho toda a propriedade. As águas vendidas para acudir a iguais urgências abandonavam as terras à sede que as fazia infecundas. Um aparências de movimento agrícola, que ainda se divisavam na quinta, eram-lhe mais fatais que benéficas, e podiam comparar-se ao fervedouro das larvas nas carnes em decomposição. Naquele vasto corpo, que se decompunha, também se agitavam seres que viviam dos seus detritos. Trabalhava-se ali para destruir e não para semear ou edificar. O desbarato com que os proprietários sacrificavam os seus bens, atraía

"Estes sim, eram os mais rebelões daqueles arredores. Com eles (...) tinham lugar sérios conflitos, em que os cabos de Clemente [o regedor] nem sempre eram tratados com o respeito que (...) a farda pedia."

Os fidalgos do Cruzeiro viviam ainda à moda antiga, como senhores feudais da terra, desconhecendo direitos de propriedade, e calcando aos pés dos seus cavalos todos os códigos, com que tentassem conter-lhes os ímpetos nobiliários.

Eram três estes nobres senhores.

Um morgado e... morgado às direitas; outro doutor... por ter andado dez anos em Coimbra para deixar incompleto um curso de cinco; o terceiro abade, escorraçado pelo povo de uma freguesia que fora mandado paroquiar; ligavam-se todos três, em temível triunvirato, para invadirem as propriedades, esgotarem as tabernas, insultarem as mulheres e espancarem os homens daqueles sítios.

O povo ou por hábito legado de submissão os deixava à vontade, contentando-se com praguejá-los pela calada, desforço dos oprimidos em todas as épocas da história da humanidade, ou exasperado e descrendo da eficácia da lei, recorria à defesa própria, e procurava manter em respeito esses turbulentos vadios, que mais de uma vez saíram mal feridos da refrega." (p. 119)<sup>25</sup>

Algumas observações finais: após a morte de D. Manuel II (1932), e cumprindo a respectiva vontade testamentária, o Estado Novo viria a criar, logo em

---

os ávidos vizinhos, como corvos sinistros em volta do cadáver exposto na estrada." (p. 154; cf. *ibidem*, pp. 154-157 *passim*)

<sup>25</sup> "A companhia foi seguindo pelos acidentados caminhos da aldeia, (...) pondo em confusão as lavadeiras (...) que ensaboavam nas presas, abraçando à força na estrada as raparigas que, vergadas sob molhos de erva ou de milho cortado, mal lhes podiam fugir; visitando todas as tabernas, fazendo correrias a galinhas, porcos ou vacas se se lhes deparavam na passagem, calcando campos e escalando muros com o desassombro de senhores." (p. 126)

1933, a Fundação da Casa de Bragança. A nosso ver, há alguma ironia no termo "fundação", dado o falecimento, sem descendência, do último monarca brigantino, se bem que o actual representante (D. Duarte Pio, 1945-) descenda simultaneamente de D. Miguel (por via paterna) e de D. Pedro (materna) e tenha sempre professado e demonstrado respeito cívico-democrático ao regime republicano vigente e à constituição que o enforma e regula.

Como sagazmente observa Luís Reis Torgal:

"Nenhuma estátua ficou a perpetuar a memória de D. Miguel, talvez mesmo (...) nenhum nome de rua ou de praça... A nova topografia urbana, construída na época liberal e continuada no tempo da Primeira República, teria obviamente que ignorar o 'Rei Absoluto', mas curiosamente o próprio Estado Novo, que premiou a historiografia integralista (...), que publicou obras de divulgação histórica antiliberais, insertas nas colecções do Secretariado de Propaganda Nacional, parece ter subalternizado também o nome de D. Miguel. A possível força da imagem do 'Herói' do 'antigo regime' entre aqueles que pretendiam regressar ao sistema monárquico era suficiente para afastar o Estado Novo, que acabou por se assumir como 'republicano', de uma sobrevalorização da sua memória. E assim o mito foi-se desfazendo como um castelo de cartas... Talvez para sempre." (in Silva, *Miguelismo*, pp. x-xi)

Por último, é curioso constatar que cento e cinquenta anos separam duas "abriladas" de sinal contrário (1824 e 1974) e que no título de um opúsculo resultante de conferência proferida em 1952, D. Miguel é apresentado como "o Rei mais Português de Portugal".<sup>26</sup> Passados quase dois séculos sobre o seu tempo, está

---

<sup>26</sup> "D. Miguel I, o Rei mais Português de Portugal, porque o foi, tem fome e sede de justiça. Ele cientificamente difamado, cientificamente caluniado! (...) Nobre, magnânimo, patriota,

por fazer uma radiografia sociológica actualizada dos sectores e interesses monárquicos na sociedade portuguesa, menos visíveis, mas quiçá mais extensos, do que a mera representação/reprodução da bandeira azul e branca em *pins* e autocolantes ou alguns proeminentes cavaleiros tauromáquicos, fadistas, académicos e professores universitários.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

##### Primárias:

DINIS, Júlio. *Os Fidalgos da Casa Mourisca*. Barcelos: Livraria Figueirinhas/Companhia Editora do Minho, 1970.

##### Secundárias:

ALARCÃO, Miguel. "Júlio Dinis anglófilo? Interrogações, perplexidades, desafios". *Revista de Estudos Anglo-Portugueses/Journal of Anglo-Portuguese Studies*. Dir. Gabriela Gândara Terenas. Lisboa: Fundação para a Ciência e a Tecnologia/Centre for English, Translation and Anglo-Portuguese Studies, nº 25 (2016), pp. 201-228.

ANÓNIMO. *Liberais e Miguelistas. 1817-1834*. Dir. A. Duarte de Almeida. Lisboa: João Romano Torres & C<sup>a</sup>, col. "Portugal Histórico", IX, 1971.

ARNOLD, Matthew. *Culture and Anarchy and other Writings*. Ed. Stefan Collini. Cambridge: Cambridge University Press, "Cambridge Texts in the History of Political Thought", 2002 (1993; ed. orig. 1869).

---

D. Miguel I ergueu alto o seu (...) pensar frente às mais poderosas potências do Mundo. Nunca o medo, ódio, mentira ou estrangeirismo tiveram acolhida naquele coração. Essa a sua ruína! Contra El-Rei se conluiaram potentes e implacáveis inimigos. A maçonaria, doutorada na Faculdade da Calúnia, voltou contra D. Miguel suas venenosas armas. Assim foi vencido, e com Ele (...) Portugal!" (Gonçalves, p. 5)

BUESCU, Helena Carvalhão. "Ler Júlio Dinis" in *A Lua, a Literatura e o Mundo*. Lisboa: Edições Cosmos, "Cosmos Literatura", nº 6, 1995, pp. 59-67.

FORSTER, E. M. *Aspects of the Novel*. Ed. Oliver Stallybrass. Harmondsworth: Penguin Books Ltd., "Pelican Books", 1984 (London: Edward Arnold, <sup>1</sup>1927).

GONÇALVES, Carlos Miguel. *Sua Majestade Fidelíssima El-Rei D. Miguel, o rei mais português de Portugal*. Conferência realizada no Centro de Cultura Popular em 30 de Junho de 1952. Braga: s. n., 1967.

LEPECKI, Maria Lúcia. *Romantismo e Realismo na Obra de Júlio Dinis*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, "Biblioteca Breve", nº 39, 1979.

LISBOA, Maria Manuel. "Júlio Dinis and History Revisited: What Good is a Dead Mother?". *Portuguese Studies*, vol. 19 (2003), pp. 38-50.

---. *Júlio Dinis: História e Pátria Revisitadas*. S. Paulo: Centro Brasileiro de Estudos da América Latina, "Memo", 1998, pp. 3-45.

LOPES, Marina de Almeida Ribeiro A. P. *O Simbolismo da Casa em Júlio Dinis*. Lisboa: Difel, L<sup>da</sup>, 1990 (Dissertação de Mestrado em Estudos Literários Comparados apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 1987).

LOUSADA, Maria Alexandre e Maria de Fátima Sá e Melo Ferreira. *D. Miguel*. Lisboa: Círculo de Leitores e Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, "Reis de Portugal", 2009.

OLIVEIRA Martins, J. P. *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Guimarães Editores, "Obras Completas de Oliveira Martins", <sup>o</sup>1986 (<sup>1</sup>1881).

SILVA, Armando Barreiros Malheiro da. *Ideologia e mito no miguelismo: subsídios para o estudo da contra-revolução no Portugal oitocentista*. Braga: Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica apresentadas à Universidade do Minho, 1989.

---. *Miguelismo – Ideologia e Mito*. Coimbra: Edições Minerva, "Minerva história", 10, 1993.

---. "O Miguelismo na história contemporânea de Portugal: retrospectiva e subsídios bibliográficos". *Itinerarium*. Revista Quadrimestral de Cultura publicada

pelos franciscanos de Portugal. Ano XXXIX, Nos. 146-147 (Maio-Dezembro de 1993), pp. 537-647.

---. *O Miguelismo na história contemporânea de Portugal: retrospectiva e subsídios bibliográficos*. Braga: 1994.

STERN, Irwin. *Júlio Dinis e o Romance Português (1860-1870)*. Porto: Lello & Irmão, 1972.

#### BIONOTE

Miguel Alarcão has a BA in Portuguese and English Studies (1981), a MA in Anglo-Portuguese Studies (1986) and a PhD in English Culture (1996), awarded by the New University of Lisbon, where he holds the post of Associate Professor. He was also Colloquial Assistant in Portuguese at the University of Birmingham (Late 1980s), Director of the Central Library (2001-2009) and Co-Coordinator of the Faculty's earliest research group on Medieval Studies (1999-2004). He published *Príncipe dos Ladrões: Robin Hood na Cultura Inglesa (c. 1377-1837)*. 2001 (PhD dissertation; out of print); *This royal throne of kings, this sceptred isle': breve roteiro histórico-cultural da Idade Média inglesa (Séculos V-XV)*. 2014, plus 5 co-editions and around 60 articles in *Festschriften*, proceedings and academic journals.

#### RESUMO

Não sendo, obviamente, termos, conceitos e realidades históricos sinónimos, o presente ensaio associa, de algum modo, "absolutismo" e "miguelismo" por oposição ou contraposição comum a um "liberalismo" político apenas estabilizado em meados do século XIX, não sem hesitações, dificuldades e erros de percurso. O nosso objectivo será abordar alguns traços, sinais e vestígios do tempo de D. Miguel na representação romanesca de *Os Fidalgos da Casa Mourisca* (1872) de Júlio Dinis (1839-1871), nascido no Porto em pleno Setembrismo.

**PALAVRAS-CHAVE**

Júlio Dinis; *Os Fidalgos da Casa Mourisca*; Miguelismo.

**ABSTRACT**

Although obviously not synonymic, whether as words, concepts or historical facts, this essay associates "absolutism" and "*miguelismo*" in contradistinction with a political "liberalism" only established in mid-19th century Portugal, after some hesitation, difficulties and errors along the way. Our aim is to look into signs and features of the times of D. Miguel as fictionally portrayed in *Os Fidalgos da Casa Mourisca* (1872), by Júlio Dinis (1839-1871), born in Oporto during the *Setembrismo*.

**KEYWORDS:**

Júlio Dinis; *Os Fidalgos da Casa Mourisca*; Miguelismo.

Para uma leitura 'miguelista' de Os Fidalgos da Casa Mourisca (1872),  
de Júlio Dinis (1839-1871)

Miguel Alarcão